§ 2º - Em caso de parto prematuro a licença deverá ser concedida a partir da data em que ele se verificar, prolongando-se por 90 (noventa) dias.

§ 3º - Em caso de feto morto, prematuro, a licença terá início na data da ocorrência e se prolongará, a critério médico, em até por 90 (noventa) dias.

§ 4º - Em caso de feto morto, a termo, a licença que deveria ter sido concedida a partir do 8º mês da gestação terá, como nos casos dos parágrafos anteriores, a duração de 90 (noventa) dias.

§ 5º - Os casos patológicos que surgirem durante e depois da gestação, decorrentes desta, serão objeto de licença para tratamento de saúde a qual poderá ser antecedente ou subsequente à licença à gestante.

§ 6º - A determinação da data do início da licença à gestante ficará a critério do médico, que tomará em consideração as condições específicas de cada profissão ou tipo de trabalho, assim como o comportamento individual da gestante em face da evolução do processo.

SEÇÃO VI

Da Licença para Serviço Militar

Art. 122 - Ao funcionário que for convocado para serviço militar e outros encargos da segurança nacional, será concedida licença com vencimentos.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial, que prove a incorporação.

§ 2º - Do vencimento descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - Ao funcionário desincorporado conceder-se-á o prazo de quinze dias para que reassuma o exercício sem perda dos vencimentos.

Art. 123 - Ao funcionário, Oficial da Reserva das Forças Armadas, será também concedida licença com vencimentos durante os estágios previstos pelos regulamentos militares, quando pelo serviço militar não perceber qualquer vantagem pecuniária.

Parágrafo único - Quando o estágio for remunerado, assegurar-se-á o direito de opção.

SEÇÃO VII

Da Licença para Trato de Interesses Particulares

Art. 124 - Após dois anos consecutivos de exercício o funcionário efetivo poderá obter licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, até o máximo de (quatro) anos.

§ 1º - Requerida a licença o funcionário aguardará em exercício a decisão.

do cargo.

§ 4º - O funcionário licenciado na forma deste artigo não poderá exercer outro cargo ou função estadual, federal ou municipal, sob pena de demissão, salvo quando se tratar de acumulação legal.

Art. 125 - Não se concederá a licença a que se refere o artigo anterior a funcionário localizado, antes de assumir o exercício.

Art. 126 - Só poderá ser concedida nova licença depois de decorrido o mesmo período de duração da licença anterior, excetuados os casos do parágrafo 2º do artigo 107 e parágrafo 4º do artigo 113.

Art. 127 - O funcionário poderá a qualquer tempo, desistir da licença.

Art. 128 - Quando o interesse do Serviço Público o exigir, a licença poderá ser cassada a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o funcionário terá 30 (trinta) dias de prazo para reassumir o exercício.

SEÇÃO VIII

Da Licença ao Funcionário Casado

Art. 129 - O funcionário efetivo terá direito a licença sem vencimentos quando o cônjuge, também funcionário, for localizado "ex-officio" em outro ponto do Estado, do território nacional ou no estrangeiro, ou ainda quando eleito para o Congresso Nacional.

§ 1º - Existindo no novo local, repartição do serviço público estadual em que possa exercer o seu cargo, o funcionário será nela localizado e nela terá exercício enquanto ali durar a permanência do seu cônjuge.

§ 2º - A licença ou a remoção, no caso deste artigo, dependerá de requerimento devidamente instruído.

SEÇÃO IX

Da Licença para Campanha Eleitoral

Art. 130 - Ao funcionário que o requerer, dar-se-á licença com vencimentos e vantagens para promoção de sua campanha eleitoral, durante o lapso de tempo contado da data de registro da sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o dia seguinte ao da eleição.

Parágrafo único - Em se tratando de funcionário candidato a cargo eletivo na localidade em que exerça encargos de chefia, direção, fiscalização e arrecadação, seu afastamento pelo prazo referido neste artigo será obrigatório.

CAPÍTULO VIII

Do Vencimento

Art. 131 - Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente a padrões e referências fixados em lei.

Art. 132 - Perderá o vencimento do cargo o funcionário:

I – nomeado para cargo em comissão, salvo o direito de optar, e o de acumulação legal;

II – quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual;

III – quando no exercício do mandato de Vereador, desde que não haja compatibilidade de horários com o cargo efetivo;

IV – quando posto à disposição dos governos da União, de outros Estado e dos Municípios, ressalvada a hipótese de convênio em que seja assegurada a cessão de funcionalismo com ônus.

§ 1º - Investido no mandato de Prefeito Municipal ou Vice-Prefeito, o funcionário efetivo poderá optar pela continuação do recebimento do vencimento do seu cargo efetivo, com direito a perceber a representação fixada para exercício do cargo de Prefeito ou Vice-Prefeito, respectivamente.

§ 2º - Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus.

Art. 133 - O funcionário perderá:

I – o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada;

II – um terço do vencimento diário, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos ou quando se retirar dentro da hora anterior à marcada para o término do expediente;

III – um terço do vencimento durante o afastamento por motivo de prisão administrativa, suspensão preventiva, período excedente à prisão administrativa e à suspensão preventiva até conclusão final do processo, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, ou ainda, condenação por crime inafiançável, em processo no qual não haja pronúncia, com direito a diferença, se inocentado afinal;

IV – dois terços do vencimento ou remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação judicial, por sentença definitiva, a pena que não determine demissão.

Art. 134 - Serão relevadas até três faltas, durante o mês, motivadas por doença comprovada em inspeção médica oficial.

§ 1º - Ao faltar ao serviço por doença o funcionário fica obrigado a fazer comunicação no mesmo dia e no horário de serviço da repartição, ao órgão de pessoal da Secretaria onde tiver exercício, para exame e atestado.

§ 3º - Aos sábados, domingos e feriados, intercalados entre dias em que o funcionário faltar ao serviço, serão computados também como faltas.

Art. 135 - A imposição de isolamento ou quarentena, decorrente de caso suspeito de doença transmissível, determina o abono de faltas ao serviço.

Art. 136 - As reposições e indenizações à Fazenda Pública Estadual serão descontadas em parcelas mensais, nunca superiores a 1/10 (um décimo) do vencimento.

Art. 137 - O vencimento, ou qualquer vantagem pecuniária atribuída ao funcionário, não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar:

I – de prestação de alimentos;

II – de dívida à Fazenda Pública Estadual.

CAPÍTULO IX

Das Vantagens

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 138 - Além do vencimento, o funcionário poderá receber as seguintes vantagens:

I – ajuda de custo;

II – diárias;

III – salário família;

IV – auxílio-doença;

V – gratificações.

SEÇÃO II

Da Ajuda de Custo

Art. 139 - Será concedida ajuda de custo ao funcionário localizado em nova sede ou afastado na forma do item II do artigo 42.

§ 1º - A ajuda de custo destina-se a compensação das despesas de viagens e de nova instalação.

§ 2º - Correrá à conta da Administração a despesa de transporte do funcionário e de sua

família, inclusive um serviçal, compreendendo passagens e bagagem.

Art. 140 - A ajuda de custo não excederá a:

- I – um mês de vencimento, quando o deslocamento se der dentro do território do Estado;
- II – dois meses de vencimento, quando o deslocamento for para fora do Estado, mas dentro do país;
- III – quatro meses de vencimento, quando o deslocamento for para o exterior.

Art. 141 - No arbitramento da ajuda de custo, o Secretário de Estado ou dirigente de órgão diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo levará em conta as novas condições de vida do funcionário, as despesas de viagem e instalação.

Art. 142 - A ajuda de custo será calculada:

- I – sobre o vencimento ou remuneração do cargo;
- II – sobre o vencimento do cargo em comissão, que o funcionário passar a exercer na nova sede;
- III – sobre o vencimento do cargo efetivo, acrescido de função quando o funcionário passar a exercer função gratificada na nova sede.

Parágrafo único - A ajuda de custo será paga antecipadamente, por metade, sendo facultado ao funcionário optar pelo recebimento integral na nova repartição.

Art. 143 - Não se concederá ajuda de custo:

- I – ao funcionário que, em virtude de mandato eletivo afastar-se do cargo ou reassumir seu exercício;
- II – ao funcionário posto à disposição de qualquer entidade;
- III – ao funcionário localizado em nova sede, a pedido.

Art. 144 - O funcionário restituirá a ajuda de custo:

- I – quando não se transportar para a nova sede nos prazos determinados;
- II – quando pedir exoneração ou abandonar o serviço antes de completar 90 (noventa) dias de exercício na nova sede.

§ 1º - A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal do funcionário.

b) – quando novamente localizado “ex-offício” em nova sede, independentemente de prazo.

SEÇÃO III

Das Diárias

Art. 145 - Ao funcionário que se deslocar da sede, em objeto de serviço, conceder-se-á diária para indenização de despesas de alimentação e pousada.

§ 1º - Não se concederá diária ao funcionário:

- a) – quando localizado em nova sede, durante o período de trânsito;
- b) – quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo.

§ 2º - Entende-se por sede a cidade ou a localidade onde o funcionário tenha exercício regular.

Art. 146 - O valor e a forma de concessão das diárias será objeto de regulamento.

Art. 147 - É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros, ou recebe-las com violação das normas estatuídas nesta Seção.

SEÇÃO IV

Do Salário Família

Art. 148 - O salário família será concedido ao funcionário ativo ou inativo:

- I – por filho solteiro, menor de 18 anos;
- II – por filho solteiro, maior de 18 anos e menor de 21 (vinte e um) anos, sem economia própria;
- III – por filho inválido;
- IV – por filha solteira, sem economia própria;
- V – por filho estudante, até a idade de 24 (vinte e quatro) anos, que freqüente curso superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular reconhecido e que não exerça lucrativa;
- VI – pela esposa que não tiver qualquer rendimento; e
- VII – pela mãe ou avó viúva, sem qualquer rendimento, que viva às suas expensas.

Parágrafo único - Compreendem-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos e o menor que, mediante autorização judicial, viver sob a guarda e sustento do funcionário.

Art. 149 - Quando pai e mãe forem funcionários e viverem em comum, o salário família será concedido ao pai.

Parágrafo único - Se os pais funcionários não viverem em comum, o salário família será concedido ao que tiver o dependente sob a sua guarda.

Art. 150 - O salário família não servirá de base para qualquer contribuição, ainda que para fins de Previdência Social.

Art. 151 - O salário família não será pago se o cônjuge, sendo servidor público federal, estadual ou municipal, do regime estatutário, o estiver percebendo nessa qualidade, relativamente aos mesmos dependentes.

Art. 152 - O salário família será devido a partir do mês em que tiver ocorrido o fato ou ato que lhe deu origem, embora verificado no último dia do mês.

Art. 153 - Deixará de ser devido o salário família relativo a cada dependente, no mês seguinte ao ato ou fato que determinar sua supressão, embora ocorrido no primeiro dia do mês.

Art. 154 - Em caso de falecimento do funcionário, o salário família continuará a ser pago a seus beneficiários diretamente ou através de seus representantes legais.

Art. 155 - O salário família será pago ainda nos casos em que o funcionário deixar de receber vencimento em razão da pena de suspensão.

SEÇÃO V

Do Auxílio Doença

Art. 156 - Após 12 (doze) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, em consequência das doenças previstas no artigo 117 o funcionário terá direito a um mês de vencimento a título de auxílio doença.

SEÇÃO VI

Das Gratificações

Art. 157 - Conceder-se-á a gratificação:

- I – de função;
- II – pela prestação de serviço extraordinário;
- III – por regime especial de trabalho;
- IV – de produtividade;
- V – de encargo de gabinete;

... por serviço ou cargo fora de horas, no país ou no exterior,

VIII – pela participação em órgão de deliberação coletiva;

IX – adicional por tempo de serviço;

X – pelo exercício;

a) – de encargo de auxiliar ou membro de banca e comissão de concurso;

b) – de encargo de auxiliar ou professor em curso oficialmente instituído, se realizado fora do horário normal do expediente;

XI – de assiduidade;

XII – pelo exercício de cargo em comissão;

XIII – de representação.

Art. 158 - Gratificação de função é a que corresponde a encargos de chefia e outros que a lei determinar.

Art. 159 - A gratificação por serviço extraordinário será:

I – previamente arbitrada pelo chefe da repartição;

II – paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, até o máximo de duas horas por dia.

§ 1º - No caso do item I, a gratificação não excederá de um terço do vencimento mensal.

§ 2º - No caso do item II, a gratificação não excederá de um terço do vencimento de um dia, calculada por hora de serviço extraordinário.

§ 3º - Em se tratando de serviço extraordinário noturno, o valor da gratificação será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4º - Nenhum funcionário poderá ser designado para serviço extraordinário por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, ininterruptos ou não, em cada exercício.

Art. 160 - A gratificação por regime especial de trabalho destina-se aos ocupantes de cargos efetivos de atividades específicas das áreas de segurança, transportes, assessoramento e de cargos de nível superior, para a execução de programas voltados para objetivos pré-estabelecidos, ou quando a natureza do trabalho justificar a medida.

§ 1º - O regime de que trata este artigo constará de aumento da jornada normal de, no máximo, 12 (doze) horas semanais.

§ 2º - O valor da hora será igual a 1/120 (um, cento e vinte avos) do vencimento mensal.

§ 3º - A inclusão do funcionário no regime de que trata este artigo será autorizada pelo

Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal, através de proposta devidamente justificada do dirigente do órgão interessado, com aprovação prévia do respectivo Secretário de Estado.

Art. 161 - A gratificação de produtividade será devida aos ocupantes de cargos fazendários com competência para lavratura de autos de infração e de notificação fiscal, na forma especificada em lei.

Art. 162 - A gratificação por encargo de Gabinete será atribuída aos auxiliares de gabinete das Secretarias de Estado, e será arbitrada pelos respectivos Secretários de Estado.

Art. 163 - A gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico será concedida ao funcionário pela execução de trabalho de utilidade para o serviço público, não decorrente das atribuições normais do cargo, e será arbitrada pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado em cuja pasta tem exercício o funcionário.

Art. 164 - A gratificação por serviço ou estudo fora do Estado, no país ou no exterior, será arbitrada pelo Governador, mediante proposta fundamentada do Secretário de Estado em cuja pasta tem exercício o funcionário.

Art. 165 - A gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva será atribuída aos membros dos órgãos colegiados, sendo paga por sessão a que comparecerem, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 166 - A gratificação adicional por tempo de serviço será concedida ao funcionário por quinquênio de efetivo exercício em serviço prestado exclusivamente à Administração Estadual, respeitado o disposto no artigo 74 e o item III do artigo 75.

§ 1º - O cálculo da gratificação será feito sobre o vencimento do cargo efetivo, nas seguintes bases: até o terceiro quinquênio, 5% (cinco por cento) por quinquênio; a partir do quarto quinquênio, 10 (dez por cento) por quinquênio.

§ 2º - No caso de acumulação lícita de cargos, a gratificação adicional será computada em razão do tempo de serviço em cada um dos cargos.

Art. 167 - Os funcionários que forem designados para integrar bancas e comissões de concursos, ou para participar como professores e auxiliares de cursos instituídos pela Administração, farão jus a uma gratificação a ser arbitrada, em cada caso, pelo Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal.

Art. 168 - A gratificação de assiduidade será concedida, em caráter permanente, ao funcionário efetivo que, tendo adquirido direito a férias prêmio de acordo com o artigo 100, optar por esta gratificação.

§ 1º - A gratificação de assiduidade corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do vencimento.

§ 2º - Na hipótese de acumulação legal, o funcionário fará jus à gratificação por ambos os cargos.

Art. 169 - A gratificação pelo exercício de cargo em comissão será concedida ao funcionário que, investido em cargo de provimento em comissão, optar pelo vencimento do seu cargo efetivo.

§ 2º - É competente para conceder a gratificação a que se refere este artigo o Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal.

Art. 170 - A gratificação de representação será atribuída a ocupantes de cargo de proeminência e destaque dentro da administração pública estadual.

Parágrafo único - A gratificação de que trata este artigo será concedida por lei, em cada situação específica.

CAPÍTULO X

Das Concessões

Art. 171 - Sem prejuízo do vencimento, remuneração ou de qualquer direito ou vantagem, o funcionário poderá faltar ao serviço até 8 (oito) dias consecutivos por motivo de:

I – casamento;

II – falecimento do cônjuge, pais, filhos e irmãos.

Parágrafo único - A gratificação O funcionário poderá faltar ao serviço até 8 (oito) dias por motivo de falecimento de avós e sogros, desde que comprovada a necessidade de sua assistência pessoal.

Art. 172 - Ao licenciado para tratamento de saúde que deva se deslocar do Estado para outro ponto do território nacional, por exigência de laudo médico, será concedido transporte, por conta do Estado, inclusive para pessoa da família.

Art. 173 - Será concedido transporte à família do funcionário falecido no desempenho do cargo ou a serviço fora da sede de seu trabalho.

Art. 174 - À família do funcionário falecido, ainda que ao tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado, será concedido auxílio-funeral, correspondente a um mês de vencimento, remuneração ou provento.

§ 1º - Em caso de acumulação legal, o auxílio-funeral será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do funcionário falecido.

§ 2º - Ao cônjuge ou, na falta deste, à pessoa que provar ter custeado o enterramento, será pago o auxílio-funeral.

§ 3º - A despesa correrá pela dotação própria do cargo, não podendo, por esse motivo, o nomeado para preenchê-lo entrar em exercício antes de decorridos 30 (trinta) dias do falecimento do antecessor.

§ 4º - O pagamento de auxílio-funeral será automático, obedecendo a processo sumário, instruído com o atestado de óbito.

§ 5º - O vencimento ou provento que o "de cujus" deixou de receber será pago ao cônjuge supérstite e, na falta, a quem o alvará judicial determinar.

Art. 175 - À família do funcionário desaparecido em naufrágio, acidente, conflito interno ou qualquer ato de guerra será concedida, durante o prazo de 3 (três) meses, a título de auxílio provisório, importância igual ao vencimento ou provento a que fazia jus o funcionário.

Art. 176 - Ao funcionário estudante poderá ser concedido horário especial respeitada a carga horária a que estiver sujeito.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de afastamento do expediente, a fim de participar de atividades didáticas e de extensão universitária, realizadas extra-classe, as horas de afastamento serão compensadas mediante antecipação ou prorrogação do horário.

§ 2º - Para beneficiar-se dos favores contidos neste artigo, o funcionário deverá instruir requerimento ao chefe do órgão onde tem exercício, com atestado firmado pelo Secretário do estabelecimento de ensino em que estiver matriculado.

Art. 177 - O funcionário poderá utilizar, em viagem em objeto de serviço, veículo de sua propriedade, com direito à indenização das respectivas despesas, de acordo com o estabelecimento em regulamento.

Parágrafo único - É competente para autorizar a indenização referida neste artigo o Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal.

CAPÍTULO XI

Da Assistência e Previdência

Art. 178 - O Estado prestará assistência ao funcionário e a sua família.

Art. 179 - O Plano Assistencial compreenderá:

I – assistência médica ambulatorial, dentária, hospitalar e creches;

II – previdência social e assistência judiciária;

III – cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional.

Parágrafo único - A assistência será prestada através de instituição própria, criada por lei, à qual, é obrigatoriamente, filiado o funcionário.

Art. 180 - Serão reservados, com rigorosa preferência, aos servidores públicos e suas famílias, os serviços das organizações assistenciais que lhes forem destinados.

Art. 181 - O tratamento do acidentado em serviço correrá por conta dos cofres públicos ou de instituição de assistência social, mediante acordo com o Estado.

Art. 182 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer e representar.

Art. 183 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidir e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 184 - O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado, a menos que não seja examinado o mérito, quando apresentados novos argumentos.

Parágrafo único - O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 8 (oito) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.

Art. 185 - Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido de reconsideração;

II – das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

Parágrafo único - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Art. 186 - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo; o que for provido retroagirá nos efeitos.

CAPÍTULO XIII

Da Prescrição

Art. 187 - O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão:

I – em 5 (cinco) anos:

a) – quanto aos atos de demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade, exceto nos casos da letra “I” do item III do artigo 207 e quando, pela aplicação do artigo 189, resultar prazo menor;

b) – quanto ao direito a readmissão e revisão de processo administrativo;

c) quanto aos atos que impliquem em pagamentos de vantagens pecuniárias devidas pela Fazenda Pública, inclusive diferenças e restituições;

II – em 2 (dois) anos, quanto à falta de que trata a letra “I” do item III do artigo 207 e quanto às faltas sujeitas às penas de repreensão, multa e suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, nos demais casos.

Art. 188 - O prazo de prescrição contar-se-á da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, na data da ciência do interessado.

§ 1º - Para a readmissão, a prescrição contar-se-á da data da publicação do ato de exoneração e para a revisão do processo administrativo, da data em que forem conhecidos os atos, fatos ou circunstâncias que derem motivo ao pedido de revisão.

§ 2º - Em se tratando de evento punível, o curso da prescrição começa a fluir da data do referido evento e interrompe-se pela abertura da sindicância ou do processo administrativo.

Art. 189 - A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

Art. 190 - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis interrompem a prescrição até duas vezes.

Art. 191 - O funcionário que recorrer ao Poder Judiciário ficará obrigado a comunicar essa iniciativa a seu chefe imediato, dentro de 8 (oito) dias, juntando cópia da petição, sob pena de punição.

Art. 192 - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo.

TÍTULO VI

CAPÍTULO I

Do Regime Disciplinar

Art. 193 - Constitui infração disciplinar toda ação ou omissão de funcionário público, que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Pública.

Parágrafo único - A infração disciplinar será punida levando-se em conta os antecedentes e o grau de culpa do agente, a natureza e as circunstâncias da falta e os danos e outras conseqüências para o Serviço Público.

CAPÍTULO II

Da Acumulação

Art. 194 - É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

- I – a de juiz com um cargo de professor;
- II – a de dois cargos de professor;
- III – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- IV – a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 3º - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao exercício de um cargo em comissão ou quanto a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 195 - Não se compreende na proibição de acumular, a docência de aulas extraordinários ou o desempenho das tarefas suplementares como professor credenciado nos estabelecimentos de ensino do Estado, bem como ministrar aulas em cursos de aperfeiçoamento de pessoal.

Parágrafo único - Não se estende aos que acumulam cargos legalmente, o disposto no artigo anterior.

Art. 196 - Verificada, em processo administrativo, acumulação proibida, e provada a boa fé, o funcionário optará por um dos cargos, sem prejuízo do que houver percebido pelo trabalho prestado no cargo a que renunciar.

Parágrafo único - Provada a má fé, o funcionário perderá os cargos e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

Art. 197 - Ao funcionário é vedado exercer mais de uma função gratificada vetado.

Art. 198 - O ocupante de dois cargos efetivos, em regime de acumulação, enquanto investido em cargo de provimento em comissão, se afastará de ambos os cargos efetivo, a menos que um deles apresente, em relação ao cargo em comissão, os requisitos de correlação de matérias e compatibilidade de horários, hipótese em que se manterá afastado apenas de um cargo efetivo.

Parágrafo único - A acumulação, na hipótese deste artigo, será expressamente autorizada pelo Secretário responsável pela administração de pessoal.

Art. 199 - Não se compreendem na proibição de acumular, nem estão sujeitas a qualquer limite:

- a) – a percepção conjunta de pensões civis ou militares;
- b) – a percepção de pensões com vencimentos e salários;
- c) – a percepção de pensões com proventos de disponibilidade, de aposentadoria, reforma ou reserva remunerada;
- d) – a percepção de proventos, quando resultantes de cargos acumuláveis.

Art. 200 - O disposto no presente capítulo será objeto de regulamentação, pelo Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade

Art. 201 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente.

Art. 202- A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo causado à Fazenda Estadual poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento, a mingua de outros bens que respondam pela indenização.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Estadual, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância, que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 203 - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário nessa qualidade.

Art. 204 - A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho do cargo ou função.

Art. 205 - As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 206 - São penas disciplinares:

- I – repreensão;
- II – suspensão;
- III – multa;
- IV – destituição de função gratificada;
- V – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- VI – demissão.

Art. 207 - São infrações disciplinares:

- I – puníveis com repreensão:
 - a) – falta de espírito de cooperação em assuntos de serviço;
 - b) – apresentar-se ao serviço sem condições satisfatórias de higiene pessoal;

e) – outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior;

II – puníveis com suspensão:

a) – desobediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

b) – falta de urbanidade;

c) – deixar de atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões requeridas para defesa de direito;

d) – deixar de submeter-se, sem justa causa, a inspeção médica determinada por autoridade competente;

e) – deixar de concluir, nos prazos legais, sem justo motivo, sindicância ou inquérito administrativo;

f) – deixar de zelar pela economia e conservação de materiais e bens que lhe forem confiados;

g) – indisciplina e insubordinação;

h) – inassiduidade;

i) – impontualidade;

j) – referir-se de modo depreciativo em informações, pareceres ou despachos, a autoridade de atos da Administração, ou censurá-los pela imprensa, rádio, televisão ou quaisquer outros meios de divulgação;

k) – fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade, com má fé, no exercício do cargo ou como testemunha ou perito, em inquérito administrativo;

l) – dar causa a sindicância ou inquérito administrativo, imputando a qualquer servidor infração de que o sabe inocente;

m) – ineficiência desidiosa no exercício das atribuições;

n) – afastar-se no horário de expediente, do exercício do cargo para exercer atividade estranha à repartição ou ao serviço público estadual;

III – punível com demissão:

a) – usura;

b) – vício de jogos proibidos;

- c) – embriaguez habitual ou em serviço;
- d) – acumulação ilegal de cargos ou empregos públicos, com má fé;
- e) – participação de gerência, administração ou direção de empresa privada se, pela natureza do cargo público exercido ou pelas características da empresa, puder esta beneficiar-se do fato, em prejuízo do serviço público estadual;
- f) – exercer comércio ou participar de sociedade comercial em circunstâncias que lhe propiciem beneficiar-se do fato de ser também funcionário público;
- g) – cometer a pessoa estranha à repartição, salvo os casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;
- h) – coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;
- i) – promover manifestações de apreço ou despreço no recinto da repartição;
- j) – agir com deslealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
- k) – faltar ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem justa causa;
- l) – faltar ao serviço 60 (sessenta) dias interpoladamente, durante 12 (doze) meses seguidos, sem causa justificada;
- m) – praticar ato lesivo da honra ou da boa fama, no serviço, contra qualquer pessoa, ou ofensa física, nas mesmas condições, salvo em legítima defesa;
- n) – pleitear como procurador ou intermediário junto às repartições estaduais, salvo quando se tratar de percepção de vencimento, provento ou vantagem de parente até o segundo grau civil;
- o) – aplicar irregularmente verbas ou dinheiro público;
- p) – exigir, solicitar ou receber vantagem indevida para si ou para outrem, em razão do cargo;
- q) – falsificar, extraviar, sonegar ou inutilizar livro oficial ou documento, ou usa-los sabendo-os falsificados;
- r) – revelar ou facilitar a revelação de assuntos sigilosos que conheça em razão do cargo ou função;
- s) – exercer cargo ou função pública no Estado, sem dar cumprimento às exigências leis, ou continuar a exercê-los sabendo-o indevidamente;
- t) – usar materiais e bens do Estado em serviço particular;
- u) – dedicar-se nos locais e horas de trabalho a atividades estranhas ao serviço;

...), por consequência, se para subordinação que cometeu infração disciplinar ou deixar de levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo ou função;

x) – lesar os cofres públicos;

y) – dilapidar o patrimônio público;

z) – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa em lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Art. 208 - São circunstâncias agravantes:

I – premeditação;

II – reincidência;

III – conluio;

IV – continuação;

V – cometer o ilícito:

a) – mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte a ação disciplinar;

b) – com abuso de autoridade;

c) – durante o cumprimento da pena;

d) – em público.

Art. 209 - São circunstâncias atenuantes:

I – haver sido mínima a cooperação do funcionário no cometimento da infração;

II – ter o funcionário:

a) – procurado espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração evitá-lo ou minorá-lo as consequências ou ter, antes do julgamento, reparado o dano civil;

b) – cometido a infração sob coação irresistível de superior hierárquico ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros;

c) – confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada ou imputada a outro;

d) – ter mais de 5 (cinco) anos de serviço, com bom comportamento, antes da infração.

Art. 210 - A aplicação da pena de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e demissão será sempre precedida de inquérito administrativo.

Parágrafo único - A imputação da pena de suspensão por prazo inferior a 30 (trinta) dias será precedida de apuração da responsabilidade do funcionário mediante sindicância.

Art. 211 - Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo, ainda no exercício do cargo, praticou falta grave suscetível de determinar demissão.

Parágrafo único - Será ainda cassada a disponibilidade ao funcionário que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo em que tiver sido aproveitado.

Art. 212 - O ato punitivo mencionará os fundamentos da penalidade bem como, em se tratando de demissão, o período de incompatibilidade para o exercício de outro cargo ou função.

Art. 213 - A pena de suspensão não excederá de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único - Havendo conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, obrigando o funcionário a prestar serviço no horário normal de expediente.

Art. 214 - A pena de multa poderá ser aplicada automaticamente em importância nunca superior a 50% (cinquenta por cento) do vencimento, nos casos dos itens II e III do artigo 206, e será arbitrada pela autoridade competente para aplicar a punição, podendo ainda, verificar-se em outros casos previstos em leis ou regulamentos.

Art. 215 - A infração referida na letra k do item III do artigo 207, caracteriza o abandono de cargo.

Art. 216 - Atenta à gravidade da falta, a demissão pode ser aplicada com a nota "a bem do serviço público", a qual constará sempre dos atos de demissão fundada nas alíneas x e y do item III do artigo 207.

§ 1º - A demissão com a nota "a bem do serviço público" incompatibiliza o funcionário para o exercício de cargo ou em emprego público pelo período de 5 (cinco) a 10 (dez) anos.

§ 2º - A incompatibilidade referida no parágrafo anterior será de 2 (anos) a 4 (quatro) anos quando se tratar de demissão simples.

§ 3º - Na graduação da pena levar-se-ão em conta as circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 4º - O funcionário incompatibilizado na forma deste artigo será afastado do exercício de outro cargo que legalmente acumula, pelo tempo de duração da incompatibilidade.

Art. 217 - O funcionário com pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, enquanto permanecer nesta situação, ficando provado não ter economia própria, será equiparado ao falecido para efeito de pensão dos dependentes.

Art. 218 - A destituição de função terá por fundamento a falta de exatidão no cumprimento do dever.

Art. 219 - Será ainda destituído o ocupante de função gratificada que pratique infração disciplinar punível

Art. 221 - São competentes para impor penas disciplinares:

I – o Governador do Estado, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II – o Secretário de Estado, responsável da administração de pessoal, nos demais casos, salvo nos dos itens seguintes;

III – os demais Secretários e dirigentes de órgãos diretamente subordinados ao Governador do Estado, ou autoridade a quem foi delegada competência, nos casos de repreensão com relação ao pessoal que lhe for subordinado;

IV – a autoridade que tiver feito a designação do funcionário, no caso de destituição.

CAPÍTULO V

Da Prisão Administrativa

Art. 222 - Cabe, dentro da respectiva competência, ao Secretário de Estado e ao dirigente de órgão diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, ordenar fundamentalmente e por escrito, a prisão administrativa do responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Estadual, ou que se acharem sob a sua guarda, no caso de alcance ou omissão em efetuar os recolhimentos nos devidos prazos.

§ 1º - A autoridade que ordenar a prisão comunicará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o fato à autoridade judiciária competente e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2º - A prisão administrativa não excederá de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO VI

Da Suspensão Preventiva

Art. 223 - A suspensão preventiva até 30 (trinta) dias será ordenada pelo Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal, por solicitação do órgão incumbido do processo administrativo, desde que o afastamento do funcionário seja necessário para impedir que venha a influir na apuração da falta cometida.

Parágrafo único - O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado até 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO VII

Do Elogio

Art. 224 - Poderá ser elogiado o funcionário que, no desempenho de suas atribuições, der inequívocas e

constantes demonstrações de espírito público e se destacar no cumprimento do dever.

§ 1º - Constituem motivos para a outorga de elogio, entre outros, a colaboração espontânea com os chefes e colegas, a apresentação de sugestões visando ao aperfeiçoamento e simplificação das rotinas dos serviços, o zelo pela economia do material da repartição, a cordialidade no trato com os superiores hierárquicos, colegas e subalternos, o bom atendimento às partes, a assiduidade, a pontualidade, a discrição e uma permanente atuação no sentido de tornar sempre positiva a imagem da repartição junto ao público.

§ 2º - O elogio será publicado no órgão oficial de divulgação e será transcrito nos assentamentos cadastrais do funcionário.

§ 3º - São competentes para aplicar elogios o Governador, por proposta da chefia imediata do funcionário.

TÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUA REVISÃO

CAPÍTULO I

Do Processo Administrativo

Art. 225 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço deverá comunicá-la ao órgão competente, a fim de ser promovida a sua imediata apuração em processo administrativo, assegurando-se ao indiciado ampla defesa.

Art. 226 - O ato determinando a instauração de processo administrativo, assinado pelo Secretário de Estado responsável pela administração de pessoal, publicado no órgão oficial, juntamente com o expediente que o tiver motivado, será encaminhado ao órgão competente.

Parágrafo único - Findo o processo e provada a inocência do funcionário, publicar-se-á ato declaratório dando ciência da conclusão.

Art. 227 - Quando a abertura do processo ocorrer por determinação do Governador do Estado, poderá ser criada uma comissão especial constituída de 3 (três) servidores.

§ 1º - Ao designar a comissão, a autoridade indicará dentre seus membros o respectivo presidente.

§ 2º - O presidente da comissão designará o servidor que deva servir de secretário.

Art. 228 - O prazo para a realização do processo será de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), pela autoridade que tiver determinado sua instauração, sempre que ocorrer motivo justificado.

Art. 229 - Nos casos em que o ilícito administrativo constitua também ilícito penal, salvo se tratar de abandono de cargo, o processo deverá instruído com traslado da folha de antecedentes criminais do denunciado e cópia de declaração de bens, sempre que se referir a servidor ocupante de cargo para o qual,

Parágrafo único - No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu depoimento, o denunciado apresentará ao órgão processante o rol de testemunhas de defesa, até o máximo de 8 (oito), e requererá as provas que deseja produzir.

Art. 231 - Ultimada a instrução, notificar-se-á o indiciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe facultada vista do processo na repartição.

§ 1º - Havendo 2 (dois) ou mais indiciados o prazo a que se refere este artigo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 2º - Achando-se o indiciado em lugar incerto, será notificado, por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado, pelo dobro, para diligências reputadas imprescindíveis.

Art. 232 - No termo de ulatimação do processo será arrolado o indiciado e dele constará, obrigatoriamente, a especificação dos dispositivos legais transgredidos, a fim de orientar-lhe a defesa, bem como medidas saneadoras do processo.

Art. 233 - O acusado poderá produzir defesa em causa própria ou constituir procurador, admitindo-se a intervenção destes em qualquer fase de instrução do processo.

Art. 234 - No caso de revelia, devidamente caracterizada e certificada no processo, o presidente do órgão processante dará defensor ao indiciado.

Parágrafo único - A designação deverá recair em servidor de igual ou superior categoria à do indiciado revel.

Art. 235 - Após a defesa, o órgão processante apresentará relatório que conterà:

I – conclusão pela inocência ou responsabilidade do indiciado;

II – indicação do dispositivo legal transgredido, se for o caso.

Art. 236 - Nos processos abandono de cargo ou inquéritos para apuração de má fé em acumulação ilícita, o rito será sumário, reduzindo-se os prazos à metade.

Art. 237 - O funcionário só poderá ser exonerado, a pedido, após concluído o processo administrativo a que responder, e desde que proclamada a sua inocência.

Parágrafo único - O pedido de exoneração apresentado pelo funcionário que estiver respondendo a processo administrativo por abandono de cargo, poderá ser tomado como prova da inexistência de justa causa, hipótese em que será aceito suspendendo-se o curso do processo.

CAPÍTULO II

Da Revisão

Art. 238 - Poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que haja resultado pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente ou a atenuação da pena.

§ 1º - O requerente juntará à inicial os documentos que entender convenientes e pedirá dia e hora para a inquirição das testemunhas que arrolar, até o máximo de 8 (oito).

§ 2º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade ou a prova de absolvição judicial, sendo exigida a indicação de fatos ou circunstâncias não apreciados no processo original.

Art. 239 - A revisão poderá ser requerida pelo interessado, por seu procurador ou no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 240 - O requerimento será dirigido ao Governo do Estado que, antes de decidir, o encaminhará à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, de onde retornará, no prazo de 8 (oito) dias, com parecer conclusivo a respeito do cabimento da revisão.

Art. 241 - Deferido o pedido, correrá a revisão pelo órgão processante da Secretaria de Estado responsável pela administração de pessoal em apenso ao processo original.

Art. 242 - Concluído o processo no prazo de 60 (sessenta) dias, o órgão processante o remeterá, por intermédio da Secretaria de Estado responsável pela administração de pessoal ao Governador do Estado, que o julgará, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo determinar diligências que, cumpridas, renovarão o prazo.

Art. 243 - Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

§ 1º - Julgada parcialmente procedente a revisão, substituir-se-á a pena imposta pela que couber.

§ 2º - Da revisão não poderá resultar agravação da pena.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Gerais

Art. 244 - O dia 28 de outubro será consagrado ao Servidor Público.

Art. 245 - Entende-se por economia própria a renda mensal igual ou superior ao vencimento do padrão 1 do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo.

Art. 247 - Os prazos previstos neste Estatuto serão contados por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento incidir em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o expediente for encerrado antes da hora normal.

Art. 248 - Nos casos de absoluta impossibilidade de se apurar, através de certidão, tempo de serviço prestado ao Estado será admitida a contagem, mediante justificação judicial, desde que o Estado tenha sido citado.

Art. 249 - É vedada a prestação de serviços gratuitos.

Art. 250 - O funcionário poderá celebrar contrato de trabalho com a Administração Estadual, para funções de assessoramento ou trabalhos técnicos especializados, hipótese em que ficará suspenso seu vínculo estatutário, durante o tempo do contrato.

Art. 251 - São isentos de reconhecimento de firma os requerimentos formulados por funcionários, exceto os referentes a pedido de exoneração.

Art. 252 - É vedado ao funcionário servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até segundo grau civil, salvo em função gratificada ou cargo em comissão, não podendo exceder de 2 (dois) o seu número.

Art. 253 - É vedado exigir atestado de ideologia como condição para a posse ou exercício de cargo ou função pública.

Art. 254 - Aos membros do Magistério e do Ministério Público, regidos por leis especiais, bem como aos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e serventuários da Justiça, aplicam-se subsidiariamente, as disposições deste Estatuto.

Parágrafo único - O Regime Jurídico deste Estatuto poderá ser estendido aos servidores das autarquias estaduais.

Art. 255 - É permitida a consignação, para desconto em folha de pagamento, na forma estabelecida em lei.

Art. 256 - O disposto no inciso XXII do artigo 74 aplica-se aos afastamentos ocorridos antes da vigência desta lei.

Art. 257 - O Poder Executivo expedirá atos regulamentares necessários à plena execução desta lei.

Art. 258 - Ficam revogadas as disposições em contrário referentes a direitos, vantagens e responsabilidades dos funcionários públicos estaduais e especialmente as Leis números 2.141, de 13 de outubro de 1965; 2.333, de 30 de dezembro de 1967; 2.353, de 17 de outubro de 1968; 2.376, de 30 de dezembro de 1968; 2.395, de 24 de janeiro de 1969; 2.502, de 11 de fevereiro de 1970; 2.741, de 11 de dezembro de 1972 e 2.810 de 26 de outubro de 1973.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 30 de janeiro de 1978.

ÉLCIO ÁLVARES
Governador do Estado

DERCILIO GOMES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado da Justiça

MARIA JOSÉ VELLOZO LUCAS
Secretário-Chefe da Casa Civil

JOSÉ HADDAD FILHO
Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

ARMANDO DUARTE RABELLO
Secretário de Estado da Fazenda
WANTHUYR JOSÉ ZANOTTI
Secretário de Estado de Planejamento

JOSÉ CARLOS MONJARDIM CAVALCANTI
Secretário de Estado Extraordinário da Comunicação Social

PAULO LEMOS BARBOSA
Secretário de Estado da Agricultura

ROMUALDO GIANORDOLI
Secretário de Estado da Cultura e do Bem Estar Social

ARABELLO DO ROSÁRIO
Secretário de Estado da Educação

THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO
Secretário de Estado da Indústria e do Comércio

BELMIRO TEIXEIRA PIMENTA
Secretário de Estado do Interior e dos Transportes

ADELSON JOÃO DA CUNHA
Secretário de Estado da Saúde

HUGO DE CASTRO EISENLOHR

Reproduzida no D.O. de 22/02/78 por ter sido publicada com incorreção.
Este texto não substitui o publicado no D.O.E.

INDICE GERAL

TÍTULO I

Capítulo único – Disposições Preliminares – Arts. 1º e 2º

TÍTULO II – DOS CARGOS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA

Capítulo I – Dos Cargos – Arts. 3º a 7º

Capítulo II – Da Função Gratificada – Arts. 8º a 10

TÍTULO III – DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 11

Capítulo II – Da Nomeação

Seção I – Disposições Preliminares – Arts. 12 e 13

Seção II – Do Concurso – Arts. 14 a 17

Seção III – Da Posse – Arts. 18 a 25

Seção IV – Do Estágio Probatório – Arts. 26 a 28

Seção V – Da Movimentação

Subseção I – Disposições Preliminares – Arts. 29 e 30

Subseção II – Da Localização – Arts. 31 a 35

Subseção III – Do Exercício – Arts. 36 a 40

Subseção IV – Do Afastamento – Arts. 41 a 43

Subseção V – Da Substituição – Arts. 44 a 48

Subseção VI – Da Readaptação – Arts. 49 a 51

Capítulo III – Da Promoção – Arts. 52 a 54

Capítulo IV – Da Transferência – Arts. 55 e 56

Capítulo V – Do Acesso – Arts. 57 e 58

Capítulo VI – Da Readmissão – Arts. 59 e 60

Capítulo VII – Da Reintegração – Arts. 61 a 64

Capítulo VIII – Do Aproveitamento – Arts. 65 e 66

Capítulo IX – Da Reversão – Art. 67

TÍTULO IV – DA VACÂNCIA

Capítulo Único – Arts. 68 a 72

TÍTULO V – DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I – Do Tempo de Serviço – Arts. 73 a 77

Capítulo II – Da Estabilidade – Arts. 78 e 79

Capítulo III – Da Aposentadoria – Arts. 80 a 93

Capítulo IV – Da Disponibilidade – Art. 94

Capítulo V – Das Férias – Arts. 95 e 99

Capítulo VI	–	Das Férias Prêmio	–	Arts. 100 a 103
Capítulo VII	–	Das Licenças	–	
Seção I	–	Disposições Preliminares	–	Arts. 104 a 111
Seção II	–	Da Licença para Tratamento de Saúde	–	Arts. 112 a 118
Seção III	–	Da Licença por Acidente Ocorrido em Serviço ou por Doença Profissional	–	Art. 119
Seção IV	–	Da Licença por Motivo de Doença em Pessoal da Família	–	Art. 120
Seção V	–	Da Licença à Gestante	–	Art. 121
Seção VI	–	Da Licença para Serviço Militar	–	Arts. 122 e 123
Seção VII	–	Da Licença para Trato de Interesses Particulares	–	Arts. 124 a 128
Seção VIII	–	Da Licença ao Funcionário Casado	–	Art. 129
Seção IX	–	Da Licença para Campanha Eleitoral	–	Art. 130
Capítulo VIII	–	Do Vencimento	–	Arts. 131 a 137
Capítulo IX	–	Das Vantagens	–	
Seção I	–	Disposições Preliminares	–	Art. 138
Seção II	–	Da Ajuda de Custo	–	Arts. 139 a 144
Seção III	–	Das Diárias	–	Arts. 145 a 147
Seção IV	–	Do Salário Família	–	Art. 148 a 155
Seção V	–	Do Auxílio Doença	–	Art. 156
Seção VI	–	Das Gratificações	–	Arts. 157 e 170
Capítulo X	–	Das Concessões	–	Arts. 171 a 177
Capítulo XI	–	Da Assistência e Previdência	–	Arts. 178 a 181
Capítulo XII	–	Do Direito de Petição	–	Arts. 182 a 186
Capítulo XIII	–	Da Prescrição	–	Arts. 187 a 192
TÍTULO VI				
Capítulo I	–	Do Regime Disciplinar	–	Art. 193
Capítulo II	–	Da Acumulação	–	Arts. 194 a 200
Capítulo III	–	Da Responsabilidade	–	Arts. 201 a 205
Capítulo IV	–	Das Penalidades	–	Arts. 206 a 221
Capítulo V	–	Da Prisão Administrativa	–	Art. 222
Capítulo VI	–	Da Suspensão Preventiva	–	Art. 223
Capítulo VII	–	Do Elogio	–	Art. 224
TÍTULO VII – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUA REVISÃO				
Capítulo I	–	Do Processo Administrativo	–	Arts. 225 a 237
Capítulo II	–	Da Revisão	–	Arts. 238 a 243
TÍTULO VIII				
Capítulo Único	–	Disposições Gerais	–	Arts. 244 a 258

Mensagem nº 5/78

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V.Ex.^a que, usando da competência que me atribuem os artigos 47, § 1º e 71, item V da Constituição Estadual, votei, em parte, o Projeto de Lei nº 109, que essa Presidência me encaminhara com o ofício GP-nº 487, datado de 05 de janeiro de 1978.

O projeto original, resultado de metucioso trabalho de observação, pesquisa e vivência com questões de política de pessoal, absorveu longo período de tempo da equipe técnica da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, sob direta orientação de seu titular.

Não teria sido, por certo, obra perfeita, escoreita, insuscetível de reparos, pois as codificações, dadas a extensão e inter relação de seu articulado e a variedade de situações a disciplinar, são, quase sempre, passíveis de modificações, sobretudo no campo do Direito Administrativo, tão dinâmico, amoldável e flexível.

Admite, pois, coerente com essa idéia, a colaboração legislativa no aperfeiçoamento do projeto. Quando, no entanto, as alterações, ao invés de melhorias, introduziram no sistema regras discrepantes do conjunto e incompatíveis com preceitos dominantes, de ordem mais categorizada, não as pude acolher, ainda que seus autores estivessem imbuídos, assim, creio, dos melhores propósitos ao formulá-las.

Assim sendo, estou de inteiro acordo com as sugestões que me foram oferecidas pelo Sr. Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, as quais me induziram a vetar:

I – a expressão “para todos os efeitos legais, exceto para fins de promoção por merecimento”, final do art. 76.

A contagem desse tempo para todos os efeitos legais contempla, obviamente, as férias prêmio.

O instituto das férias prêmio foi incluído na Constituição Estadual com o caráter de vantagem decorrente de um determinado lapso de tempo ininterrupto (no caso, o decênio).

Escapa, por isso, ao espírito da lei, introduzir no período aquisitivo do direito, tempo de serviço complementar estranho a ele.

II – a expressão “e para férias prêmio previstas no artigo 101” que complementa o parágrafo único do artigo 77.

O dispositivo, como originalmente redigido, é plenamente justificável. O tempo que o funcionário deu ao Estado, além do exigido por lei, em um dos cargos exercidos, é justo que possa ser averbado para efeito da segunda aposentadoria que gozará em regime de acumulação.

Para efeito de férias prêmio, entretanto, não ode prevalecer este princípio, pelas mesmas razões

expostas no item anterior.

III – os quatros parágrafos do art. 82 foram emendados para adaptá-los à nova redação dada ao art. 89 da Constituição Estadual pela Emenda Constitucional nº 6, de 19 de dezembro de 1977.

O § 2º do art. 82, deveria, assim, tomar esta redação:

“Quando o funcionário efetivo estiver investido em cargo em comissão, ininterruptamente, nos últimos cinco anos anteriores à aposentadoria, fica-lhe facultado requerer a fixação do provento com base no valor do vencimento deste cargo”.

Novamente alvo de outra emenda, ficou assim redigido:

“Quando o funcionário efetivo estiver investido em cargo em comissão, ininterruptamente nos últimos cinco anos anteriores à aposentadoria, ou durante, pelo menos, 10 (dez) anos, mesmo intercalados, fica-lhe facultado requerer a fixação do provento com base no valor do vencimento deste cargo”.

A expressão “ou durante, pelo menos, 10 (dez) anos, mesmo intercalados”, não pode permanecer no texto do dispositivo, pois lhe daria uma amplitude maior do que a do texto Constitucional.

IV – na redação original do § 1º do art. 100, então art. 99, foi inserida, como emenda legislativa, a seguinte oração: “ou o tempo prestado naquele regime em entidade estadual como personalidade jurídica de direito público”.

O acréscimo, sem sombra de dúvida, implica aumento de despesa, representa ônus ao erário estadual, já que pretende seja computado para efeito de férias prêmio ou gratificação-assiduidade tempo de serviço prestado sob regime trabalhista em autarquia estadual.

Ora, nos termos do art. 45, item V, parágrafo único, a) da Constituição Estadual, está reservada, com exclusividade, ao Governador do Estado, a competência de apresentar emendas que aumentem a despesa a projetos de lei de sua iniciativa privativa.

Demais, constituiria medida de exceção a emenda apontada, incompatível, assim, como as normas administrativas que o Governo vem praticando, pois que, enquanto seriam beneficiados os que prestaram serviços como pessoal celetista, estariam excluídos os disciplinados pelas regras estatutárias.

Além dessas sugestões, que adotei, vetei, também, a parte final do art. 197: “ou participar de mais de 2 (dois) órgãos de deliberação coletiva remunerada”.

Entendo que, se aos funcionários públicos federais é vedado, não só pelo seu Estatuto (Lei nº 1.711-52) como pelo Decreto nº 69382-71, que disciplina a matéria mais detalhadamente, participar de mais de um órgão de deliberação coletiva, sequer a título gratuito, devendo optar pela gratificação de um deles na hipótese de ser membro nato de mais de um, também aos funcionários estaduais deve ser aplicada a mesma norma, pois que, segundo dispõe o art. 13, item V da Constituição Federal, entre outros princípios, devem os Estados respeitar as normas relativas aos funcionários públicos.

Recapitulando, neguei sanção às seguintes partes do Projeto de Lei nº 109/77:

c) “ou durante, pelo menos, 10 (dez) anos, mesmo intercalados”, do art. 82;

d) “ou o tempo prestado naquele regime em entidade estadual com personalidade jurídica de direito público”, do § 1º do art. 100;

e) “ou participar de mais de 2 (dois) órgãos de deliberação coletiva remunerada”, do art. 197.

Estou certo, Sr. Presidente, de que ao reexaminarem as partes vetadas, à luz dos argumentos aqui expendidos, os Senhores Deputados se persuadirão de que agi em defesa do interesse público e na preservação da ordem constitucional.

Renovo a V.Ex.^a e a todos seus ilustres pares, protestos de apreço e consideração.

ÉLCIO ÁLVARES
Governador do Estado

Publicada no D.O. de 04/02/78.

Republicada no D.O. de 22/02/78 por ter sido publicada com incorreção.